

ATIVO		2016	2015
CIRCULANTE:	NOTAS	34.752.893,30	35.833.941,55
Caixa	5-b	24.969,96	20.928,33
Bancos - recursos sem restrições	5-b	952.292,20	729.575,39
Bancos - recursos com restrições	5-c	71.291,89	2.329.789,24
Aplicações financeiras - recursos sem restrições	5-b	242.947,62	293.830,73
Aplicações financeiras - recursos com restrições	5-c	2.952.775,66	6.839.011,39
Contas a receber		23.341.754,05	21.976.726,94
Provisão para perdas s/contas a receber	5-e	-	(2.367.486,00)
Estoques diversos	5-f	3.747.800,88	3.840.898,74
Demais contas a receber		3.360.100,41	2.127.329,35
Despesas do exercício seguinte		58.960,63	43.337,44
NÃO CIRCULANTE:		29.233.807,36	23.966.221,87
Direitos de longo prazo		4.988.478,82	3.344.174,41
Contas a receber	6-a	4.816.589,26	3.200.786,55
Depósitos judiciais	6-b	171.889,56	143.387,86
Imobilizado	7	24.245.328,54	20.622.047,46
TOTAL DO ATIVO		63.986.700,66	59.800.163,42
PASSIVO			
		2016	2015
CIRCULANTE:	NOTAS	40.197.506,81	32.353.368,21
Fornecedores de materiais e serviços	8-a	16.896.541,59	11.931.647,56
Empréstimos	8-b	2.150.139,61	1.106.666,52
Obrigações com pessoal	8-c	4.749.620,87	2.650.660,38
Férias e encargos a pagar	8-d	6.672.642,17	5.946.225,27
Tributos e encargos sociais	8-e	3.425.098,51	2.486.391,20
Subvenções a realizar	8-f	4.949.932,74	7.140.385,07
Receita de subvenções a realizar	8-g	1.076.783,29	813.909,29
Demais contas a pagar		276.748,03	277.482,92
NÃO CIRCULANTE:		19.503.323,37	18.749.529,89
Obrigações de longo prazo		19.503.323,37	18.749.529,89
Provisão para contingências	9-a	2.551.728,12	5.100.000,00
Parcelamento de tributos e encargos	8-e	9.114.763,12	6.544.857,29
Empréstimos	8-b	1.249.667,97	1.255.555,86
Receita de subvenções a realizar	8-g	6.587.164,16	5.849.116,74
PATRIMONIO LÍQUIDO (nota 10)		4.285.870,48	8.697.265,32
Patrimônio social acumulado	10-a	8.697.265,32	8.112.481,35
Superávit (déficit) do exercício	10-b	(4.411.394,84)	584.783,97
TOTAL DO PASSIVO		63.986.700,66	59.800.163,42

		2016	2015
RECEITA OPERACIONAL	NOTAS	149.948.151,87	143.235.466,28
Contratualização SUS	11-a	67.299.398,29	70.618.147,35
Serviços conveniados	11-b	34.849.721,80	31.966.428,31
Demais serviços hospitalares	11-c	2.811.119,49	2.411.342,09
Subvenções governamental	11-d	18.954.871,11	15.563.895,60
Contribuições e doações	11-e	1.556.839,05	853.299,84
Benefícios previdenciário e fiscal		23.373.681,00	21.008.201,32
Outras receitas operacionais		1.102.521,13	814.151,77
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS:		(154.043.134,03)	(142.308.385,85)
Salários, ordenados, 13 ^º , férias, e indenizações		(56.654.343,38)	(49.621.028,37)
Serviços de terceiros- pessoas jurídicas		(19.680.984,19)	(24.959.781,78)
Serviços de terceiros - pessoas físicas		(7.672.039,35)	(5.236.149,47)
Despesas e encargos com pessoal		(5.319.422,61)	(3.996.384,98)
Materiais hospitalares		(25.111.777,19)	(21.895.451,86)
Obrigações incentivadas		(23.373.681,00)	(21.008.201,32)
Impostos e taxas		(64.703,43)	(593.885,35)
Depreciação de bens		(3.658.558,27)	(3.210.013,38)
Água, luz, gás e limpeza		(3.449.456,69)	(3.229.779,80)
Limpeza		(939.509,35)	(752.042,55)
Manutenção e consertos		(1.719.449,07)	(1.778.532,74)
Obrigações civil de terceiros - INSS		(560.438,64)	-
Despesas com perdas de créditos		-	(878.018,49)
Custas processuais		(922.836,16)	(523.544,96)
Aluguéis		(2.245.118,27)	(1.595.351,71)
Materiais de expediente e informática		(568.022,48)	(570.204,20)
Transportes		(190.454,56)	(495.856,53)
Comunicações		(287.926,11)	(317.941,51)
Divulgação e publicidade		(266.881,65)	(335.391,17)
Custo de captação de recursos		(222.252,96)	(253.829,81)
Hotelaria		(166.697,90)	(228.239,50)
Viagens		(103.324,77)	(106.778,31)
Restituição contratual		(96.835,07)	(97.972,25)
Seguros		(203.924,45)	(155.294,51)
Despesas gerais		(564.496,48)	(468.711,30)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) OPERACIONAL		(4.094.982,16)	927.080,43
Despesas financeiras		(993.527,84)	(1.348.140,48)
Receitas financeiras		677.115,16	1.005.844,02
SUPERÁVIT (DÉFICIT) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(4.411.394,84)	584.783,97

	2016	2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:	275.396,40	15.435.650,99
1a) Superávit (déficit) ajustado:	(752.836,57)	4.542.460,02
Superávit (déficit) do exercício	(4.411.394,84)	584.783,97
Ajuste ao superávit:		
Depreciação e amortização	3.658.558,27	3.210.013,38
Provisão para perdas de créditos	-	747.662,67
1b) Demais variações:	1.028.232,97	10.893.190,97
Diminuição (aumento) nas contas a receber	(3.732.513,11)	6.796.639,48
Diminuição (aumento) nos estoques	93.097,86	95.087,02
Diminuição (aumento) nas despesas antecipadas	(15.623,19)	(6.202,95)
Diminuição (aumento) nas demais contas a receber	(2.877.075,47)	(639.577,11)
Aumento (diminuição) nas contas do passivos	7.560.346,88	4.647.244,53
FLUXO DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:	(7.281.839,35)	(4.294.374,73)
Aquisição de imobilizado	(7.281.839,35)	(4.294.374,73)
FLUXO DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:	1.037.585,20	(4.910.676,55)
Ajustes positivos (negativos) de exercícios anteriores	-	(5.437.022,53)
Empréstimos (pagos) contraídos	1.037.585,20	526.345,98
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(5.968.857,75)	6.230.599,71
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(5.968.857,75)	6.230.599,71
Disponibilidades no início do exercício	10.213.135,08	3.982.535,37
Disponibilidades no final do exercício	4.244.277,33	10.213.135,08

Descrição	Patrimônio Social	Superávit do Exercício	Total
Em 31 de dezembro de 2014	14.075.224,81	(525.720,93)	13.549.503,88
Incorporação do déficit	(525.720,93)	525.720,93	-
Ajuste dos exercícios anteriores	(5.437.022,53)	-	(5.437.022,53)
Superávit (Déficit) do exercício	-	584.783,97	584.783,97
Em 31 de dezembro de 2015	8.112.481,35	584.783,97	8.697.265,32
Incorporação do déficit	584.783,97	(584.783,97)	-
Superávit (Déficit) do exercício	-	(4.411.394,84)	(4.411.394,84)
Em 31 de dezembro de 2016	8.697.265,32	(4.411.394,84)	4.285.870,48

ITENSDESCRIÇÃO	2016	2015
1 - RECEITAS:	126.574.470,87	122.227.264,96
1.1) Prestação de serviços na área da saúde	104.960.239,58	104.995.917,75
1.2) Receitas de subvenções	18.954.871,11	15.563.895,60
1.3) Contribuições e doações	1.556.839,05	853.299,84
1.4) Outras receitas	1.102.521,13	814.151,77
2 - MATERIAIS E SERVIÇOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS:	62.727.307,07	62.283.520,74
2.1) Medicamentos e materiais hospitalares	25.111.777,19	21.895.451,86
2.2) Serviços de terceiros, energia e outros	36.490.594,76	39.919.357,58
2.3) Outros custos hospitalares	1.124.935,12	468.711,30
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	63.847.163,80	59.943.744,22
4 - RETENÇÕES:	3.658.558,27	3.210.013,38
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	3.658.558,27	3.210.013,38
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	60.188.605,53	56.733.730,84
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA:	677.115,16	1.005.844,02
6.1) Receitas financeiras	677.115,16	1.005.844,02
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	60.865.720,69	57.739.574,86
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	60.865.720,69	57.739.574,86
8.1) Pessoal (salário, férias, 13 º., rescisões)	56.654.343,38	49.621.028,37
8.2) Encargos com pessoal	5.319.422,61	3.996.384,98
8.3) Impostos, taxas e contribuições	64.703,43	593.885,35
8.4) Juros e aluguéis	3.238.646,11	2.943.492,19
8.5) Superávit (déficit) do exercício	(4.411.394,84)	584.783,97

HOSPITAL EVANGÉLICO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

CNPJ 27.193.705/0001-29
Cachoeiro de Itapemirim - ES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A entidade foi fundada em 02 de junho de 1958, com sede e foro na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo. É uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos e operações de caráter filantrópico, tendo como objetivos: a) a prestação de assistência médica e hospitalar gratuita a pessoas que reconhecidamente não disponham de recursos nem usufruam direitos para tanto, sem distinção de qualquer natureza; b) prestar assistência no setor da saúde a quantos procurarem seus serviços; e c) assistir espiritualmente a quantos necessitarem por meio do serviço de capelania.

2. REGISTROS E INSCRIÇÕES LEGAIS

A entidade possui os seguintes registros e inscrições:

- CNPJ/MF nº 27.193.705/0001-29.
- Inscrição Municipal: 6508-1.
- Inscrição Estadual: 080.048.63-3.
- Certidão de Utilidade Pública Federal, emitida pelo Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação, órgão do Ministério da Justiça, publicada no D.O.U. de 25/11/1991, revalidada sucessivamente, a última com validade até 30/09/2016. O Ministério da Justiça informa que a Lei nº 91/35 foi revogada pela Lei nº 13.204 de 2015 e, assim, deixa de existir o título de Utilidade Pública Federal (UPF).
- Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, concedido pela Secretaria de Atenção à Saúde, órgão do Ministério da Saúde, conforme Portaria nº 2.036 de 16 de dezembro de 2016, com validade de 21 de setembro de 2015 a 20 de setembro de 2018.
- Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, válida até 11/04/2017, emitida com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.
- Certificado de Regularidade do FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal, válida até 29/03/2017.
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, com validade até 05/08/2017, emitida pela Justiça do Trabalho.
- Certidão Positiva de Débitos com efeito de Negativa nº 277777, com validade até 14/04/2017, emitida pela Secretaria Municipal de Cachoeiro de Itapemirim.
- Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Pública Estadual nº 2017070160, válida até 16/05/2017, emitida pelo Governo do Estado do Espírito Santo/Secretaria de Estado da Fazenda.

3. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

A entidade declara que adota as normas determinadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, incluindo a NBC TG 1000 que trata da Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aprovada pela Resolução nº. 1.255/2009, a NBC TG 07 (R1), aprovada em 2010, que dispõe sobre subvenção e assistência governamental, a ITG 2002 (R1), aprovada pela Resolução nº. 1.409/12, que trata das Entidades sem Finalidade de Lucros, NBC TG 26 (R3), que tratam da apresentação das Demonstrações Contábeis, a Resolução 1.374/11, que deu nova redação à NBC TG – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, e, de forma complementar, os dispositivos constantes das Leis nºs. 6.404/76 (Lei das Sas), 11.941/09, que alterou artigos da 6.404/76, 10.406/02 (Código Civil), 12.101/09, com as modificações da 12.868/13 (que, entre outros, dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regulam os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social) e os Decretos nºs. 8.242/14, que regulamentam a Lei nº 12.101/09, e o 3000/99 (Regulamento do Imposto de Renda).

4. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem resoluções emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade as quais configuram normas brasileiras de contabilidade específicas para tais entidades, incluindo a adequação de todos os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis

(CPC) e, também, o pronunciamento direcionado para contabilidade de pequenas e médias empresas (NBC T 19.41). As demonstrações financeiras são elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado.

As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras são as provisões para contingências (Nota 9-a) que são estabelecidas pela Entidade, levando-se em consideração a opinião da assessoria Jurídica, por valores considerados nas estimativas de perdas.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A entidade revisa suas estimativas periodicamente em período não superior a um ano.

A Entidade tem como moeda funcional o Real que também é a moeda de apresentação de suas demonstrações contábeis.

A autorização para a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião da diretoria realizada em 03 de março de 2017.

5. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis adotadas pela Entidade estão descritas a seguir:

a) Apuração do superávit ou déficit, receitas e despesas

As receitas e as despesas necessárias à manutenção das atividades da Entidade são registradas mediante a documentação hábil e pelo regime de competência, nos termos do item 8 da ITG 2002, aprovada pela Resolução do CFC nº. 1.409/12.

b) Caixa e bancos

Abrangem saldos de caixa e bancos em moeda corrente, as quais são sujeitas a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A comparação do saldo em relação ao ano anterior deverá levar em conta depósito de valores a receber no ultimo dia do ano, sem tempo hábil para sua aplicação financeira.

c) Bancos e Aplicações financeiras – com restrições

Em atendimento a ITG 2002, aprovada pela Resolução CFC nº. 1.409/12, representa os recursos financeiros advindos de subvenções governamentais, a serem aplicados em 2017.

d) Ativo e passivo circulante e não circulante.

São demonstrados pelos valores de realização ou liquidação incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

e) Provisão para perdas sobre contas a receber

Foi constituída sobre valores a receber de diversos convênios, cuja realização está em discussão recíproca.

f) Estoques:

Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, que não superam o valor de mercado, estando assim representados:

Estoques:	2016-R\$	2015-R\$
Medicamentos	1.724.865,61	2.048.273,30
Materiais hospitalares	1.432.601,02	1.481.271,34
Outros materiais	590.334,25	311.354,10
Soma	3.747.800,88	3.840.898,74

g) Ativo imobilizado e patrimônio social

As contas do grupo “Imobilizado” e “patrimônio líquido” estão apresentadas pelos seus valores históricos, portanto sem qualquer efeito de correção monetária e ajuste a valor de mercado

6. DIREITOS DE LONGO PRAZO

a) Contas a receber

Referem-se aos seguintes:

Contas:	2016-R\$	2015-R\$
Pagamentos Hosp. Heci Itapemirim – Mun. Itapemirim	3.697.882,79	3.200.786,55
Recursos de glosas	1.208.168,77	-
Glosas a serem tratadas	1.239.474,79	-
Provisão para contas a receber de convênios	(1.328.937,09)	-
Soma	4.816.589,26	3.200.786,55

Os pagamentos por conta do Hospital Maternidade Santa Helena, situado no Município de Itapemirim – ES referem-se a pagamentos de obrigações e fornecedores do hospital existentes antes da assinatura do contrato de gestão com aquele Município, que prevê a entrega de ativos no fim da gestão. O Contrato de Prestação de Serviços e Gestão foi assinado em 15 de dezembro de 2009 e tem aditivos posteriores.

Os recursos de glosas e as glosas a serem tratadas são pertinentes a valores a receber de diversos convênios pertinentes a prestações de serviços anteriores a 2015 e estão sob os cuidados de departamento interno e o jurídico da entidade. Para os valores de difícil liquidação é constituída provisão de perdas correspondente. Em 2015 os valores constavam do ativo circulante.

b) Depósitos judiciais

Valores depositados conforme decisões judiciais, referentes a processos trabalhistas.

7. IMOBILIZADO

É representado pelos seguintes valores:

Tipo de bens	2015	Aquisições	Depreciação		2016
	R\$	R\$	%	R\$	R\$
Terrenos	118.555,52	-	-	-	118.555,52
Prédios e construções	8.592.410,20	1.247.336,59	4	480.976,65	9.358.770,14
Equipamentos hospitalares	9.542.293,72	4.994.139,61	10	2.655.470,54	11.880.962,79
Equipamentos não hospitalares	506.635,90	54.744,77	10	76.794,75	484.585,92
Móveis e utensílios	1.661.877,29	400.826,06	10	415.329,68	1.647.373,67
Computadores e periféricos	115.119,98	530.792,32	20	28.186,65	617.725,65
Veículos	85.154,85	54.000,00	20	1.800,00	137.354,85
Soma	20.622.047,46	7.281.839,35		3.658.558,27	24.245.328,54

A sociedade tem mantido nos últimos anos a política de aplicar os recursos financeiros na modernização de sua estrutura física e operacional.

O imobilizado está representado pelos bens operacionais, registrados pelo seu custo de aquisição, conforme documento de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, conforme taxas descritas no quadro acima, não aplicado sobre eles a permissão contida na NBC TG 37 (4), com as alterações de 23/10/15, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, quanto aos custos iniciais de adaptação às normas internacionais, face à implantação dos controles físicos estarem em andamento.

No total de aquisições de equipamentos hospitalares em 2016 consta o montante de R\$ 2.628.740,00 adquiridos com verbas governamentais como informado no quadro a seguir. Em 2016 foi transferido para receitas de subvenções, mediante processo de depreciação, o valor de R\$ 813.909,29 (R\$ 578.822,75 em 2015), nos termos da NBC TG 07-R1/2013, editada pelo CFC.

Origem	Convênios	Valor - R\$
	Nº.	Equipamentos
SESA E. Santo	9027-2015	65.450,00
SESA E. Santo	9026-2015	60.900,00
Federal	65162-2010	101.100,00
Federal	760963-2011	615.790,00
Federal	810110-2014	647.500,00
Federal	807921-2014	873.000,00
Federal	812406-2014	158.000,00
Federal	812407-2014	107.000,00
TOTAL		2.628.740,00

8. OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO

a) Fornecedores de materiais e serviços

Representa a materiais e serviços adquiridos e utilizados nas atividades operacionais da Entidade, reconhecidos ao valor da documentação ou do contrato correspondente.

b) Empréstimos

Compõem-se de valores relativos a empréstimos para capital de giro, como segue, inclusive as importâncias de longo prazo:

Financiadores:		2016 - R\$		2015 - R\$	
		Curto prazo	Longo Prazo	Curto prazo	Longo Prazo
1	Caixa Econômica Federal	999.999,96	166.666,66	1.106.666,52	1.255.555,86
2	Caixa Econômica Federal	88.889,24	-	-	-
3	Banco Banestes S/A	778.540,13	-	-	-
4	Santander S/A	282.710,28	1.083.001,31	-	-
Total		2.150.139,61	1.249.667,97	1.106.666,52	1.255.555,86

Informações complementares sobre as obrigações, c onsiderando a ordem numérica:

Ordem	Finalidade	Início	Fim	Taxas %		Garantias
				Mensal	Anual	
1	C. Giro	12/03/15	11/02/18	1,20	14,40	Recebíveis do SUS
2	C. Giro	28/10/14	13/05/16	1,99	26,67	Aval mensal
3	C. Giro	29/11/16	11/01/17	1,00	12,68	Conta Garantida PJ -Aval
4	C. Giro	27/07/17	27/12/19	1,47	19,14	Aval

Os valores estão de acordo com os contratos e extratos das respectivas instituições financeiras e as obrigações por empréstimos do ano anterior foram liquidadas em 2016.

As obrigações encontram-se registradas por seu valor presente, descontados os encargos futuros, através do reconhecimento dos encargos a transcorrer, a serem reconhecidos à medida de sua efetiva ocorrência, atendendo o princípio da competência.

b) Obrigações com pessoal

Refere-se à folha de pagamento de dezembro/16 e a resíduo do 13º. Salário de 2016.

c) Férias e encargos a pagar

O valor considera o valor das férias e respectivo encargos (FGTS e adicional) na data de 31 de dezembro de 2016.

e) Tributos e encargos sociais

Parcelamentos de tributos de responsabilidade do Hospital Evangélico de Cachoeiro de Itapemirim e Itapemirim cujos valores são apresentados, inclusive as parcelas de curto prazo, para melhor compreensão:

TRIBUTOS/CONTRIBUIÇÃO	ORIGEM	PARCELAS	CURTO PRAZO-R\$	LONGO PRAZO-R\$	VENCIMENTOS
Receita Estadual/civil terc.	HECI-Incor	58	438.727,82	6.526.543,15	10/2019**
Parcelamento INSS	HECI	58	608.459,67	2.396.627,17	01/17 a 12/21
INSS	HECI-I	01, 03 e 06	13.282,41	191.592,80	01 a 06/2017
Débitos municipais	HECI	12	5.031,73	-	01 a 11/2017
IRRF	HECI-I	02	4.109,41	-	01 e 02/17
FGTS/Folha 12	HECI-CI	01	479.000,18	-	01/2017
IRRF/Folha 10 a 12/16	HECI-CI	-	1.298.050,10	-	11, 12/16 e 01/2017
IRRF/Terceiros PF	HECI-CI	-	63.604,41	-	12/16 e 01/2017
IRRF/Terceiros PJ	HECI-CI	-	19.550,37	-	01/2017
ISS - PF	HECI-CI		92.307,70		01/17
ISS - PJ	HECI-CI	-	5.638,30	-	05/13 a 01/2016
COFINS/PIS/CSLL Retidos	HECI-CI	-	60.770,01	-	02/16 e 01/17
INSS retido em 12/16	HECI-CI	-	296.404,29	-	01/2017
Contribuição sindical	HECI-CI	-	40.162,11	-	04 a 01/17
TOTAIS			3.425.098,51	9.114.763,12	

**Trata-se do processo estadual 67829546, que envolve procedimentos adotados pela Fundação Instituto do Coração “Dom Luiz Gonzaga Peluzo”, não aceitos pela Secretaria de Estado da Saúde. A obrigação foi provisionada em 2014 devido sua inclusão na Dívida Ativa na Receita Estadual, mas encontra-se suspensa por decisão de recurso.

f) Subvenções a Realizar

Referem-se a parcelas de diversos convênios governamentais, cuja realização, em parte ou total, dar-se-ão em 2017, como seguem:

Origem	Convênio Nº.	VALOR - R\$ do Convênio	A REALIZAR em 2017	Aplicação dos recursos:
Cac. Itapemirim - ES	017-2016	100.000,00	21.250,63	CTA - Centro de Testagem e Aconselhamento
PMI - C. Imagem	32-2013	1.000.000,00	180.224,71	Criação do Centro de Imagem
Itapemirim - ES	015-2015	2.000.000,00	613.964,27	Atendimento de pronto socorro e materno infantil
Itapemirim - ES	008-2016	2.000.000,00	2.000.000,00	Custeio e despesas hospitalares
SESA E. Santo	9027-2015	40.000,00	498,20	Aquisição de equipamento e material permanente
SESA E. Santo	9026-2015	56.000,00	725,26	Aquisição de equipamento e material permanente
CMB/FEHOFES	Adesão-2011	23.854,43	36.521,99	Sistema de vídeo e conferencia
Federal	62992-2009	300.000,00	123.471,10	Aquisição de equipamento e material permanente
Federal	709252-2009	212.727,00	230.363,88	Aquisição de equipamento e material permanente
Federal	000279-2010	198.720,00	60.452,56	Aquisição de equipamento e material permanente
Federal	64302-2010	298.908,00	70.666,54	Aquisição de equipamento e material permanente
Federal	760963-2011	1.614.000,00	344.753,63	Aquisição de equipamento e material permanente
Federal	757046-2011	872.343,00	80.211,78	Aquisição de equipamento e material permanente
Federal	810110-2014	1.000.000,00	412.886,31	Aquisição de equipamento e material permanente
Federal	807921-2014	1.000.000,00	151.772,06	Aquisição de equipamento e material permanente
Federal	812406-2014	150.000,00	13.284,88	Aquisição de equipamento e material permanente
Federal	812407-2014	100.000,00	8.996,58	Aquisição de equipamento e material permanente
Federal	822067-2015	150.000,00	153.763,86	Aquisição de equipamento e material permanente
Federal	823721-2015	100.000,00	102.509,23	Aquisição de equipamento e material permanente
Federal	823727-2015	200.000,00	205.018,48	Aquisição de equipamento e material permanente
Federal	824523-2015	153.900,00	159.847,42	Aquisição de equipamento e material permanente
TOTAL			4.949.932,74	

Os valores a realizar encontram-se depositados ou aplicados em instituições financeiras, garantindo a aplicação de suas importâncias nos diversos objetos constantes nos Convênios.

g) Receitas de Subvenções a Realizar

Parcela de curto prazo relativo a valores decorrentes de convênios governamentais, aplicados em bens que compõe o ativo imobilizado e que deverão ser transferidos para conta de resultados à medida de suas realizações, conforme disposto pela NBC TG 07 (R1), aprovada pela Resolução 1.305/2010, do Conselho Federal de Contabilidade. As realizações podem acontecer por venda, depreciação ou obsolescência dos bens adquiridos. Na Entidade as realizações tem ocorrido devido ao degaste natural do bem e da aplicação da metodologia da depreciação. As parcelas a serem realizadas em 2017 encontram-se registradas no passivo circulante enquanto aquelas a serem realizadas a partir de 2018 no passivo não circulante como obrigações de longo prazo.

9 OBRIGAÇÕES DE LONGO PRAZO

a) Provisão para contingências

Formação de provisão para cobertura de possíveis riscos decorrentes de processos cível, trabalhista e administrativo, em transcurso judicial, conforme laudo dos assessores jurídicos da Entidade. No presente exercício decidiu-se pela manutenção do valor existente no exercício anterior, já que o relatório jurídico não apresentou grande variação para o corrente ano.

	2016 – R\$
Contingências:	
Previdenciária/fiscal	1.721.128,12
Trabalhistas	150.000,00
Cíveis	680.600,00
Total	2.551.728,12

b) Parcelamento de tributos e encargos

Como apresentado na nota "8-e", trata-se principalmente de parcelamento de obrigação cível por responsabilidade de terceiros, cuja cobrança encontra-se suspensa por interposição de recurso pelo responsável jurídico do Hospital.

c) Empréstimos

Como apresentado na nota "8-b", refere-se às parcelas do empréstimo a vencer a partir de 2018.

d) Receitas de subvenções a realizar

Como explicado na nota "8-g", trata-se da parcela de longo prazo relativo a valores decorrentes de convênios governamentais, aplicados em bens que compõe o ativo imobilizado e que deverão ser transferidos para conta de resultados à medida de suas realizações, conforme disposto pela NBC TG 07 (R1), aprovada pela Resolução 1.305/2010, do Conselho Federal de Contabilidade.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Incorporação do resultado de 2015

No presente exercício foi incorporado ao Patrimônio Social o superávit de R\$ 584.783,97, apurado em 31 de dezembro de 2015, conforme dispões o item 15 da ITG 2002, aprovada através da Resolução 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade.

b) Resultado do exercício

Em 2016 as operações hospitalares, consideradas as receitas e despesas, acarretaram o déficit de R\$ 4.411.394,84 que, para efeito de análise, deverá ser considerado juntamente com os demais números e informações apresentadas nas demonstrações contábeis. O déficit decorre principalmente das operações de gestão hospitalares, uma vez que nem todos os Municípios cumprem o acordo inicialmente feito, em termos de pagamentos dos gastos hospitalares.

11. ORIGEM DAS RECEITAS

a) Contratualização SUS

Receitas decorrentes de atendimentos médicos hospitalares, no âmbito do Sistema Único de Saúde, conforme Convênio firmado com o governo do Estado do Espírito Santo, através da Secretaria de Estado da Saúde, acrescido da receita com o SUS na gestão da Filial no Município de Itapemirim – ES.

b) Serviços Conveniados

Receitas decorrentes de atendimentos médicos hospitalares por conta de administradoras de plano de saúde, mediante contratos, relativo aos seguintes:

Descrição	2016 – R\$	2015– R\$
Unimed – Cachoeiro de Itapemirim	21.218.540,78	17.162.871,06
São Bernardo Saúde	1.229.397,33	2.285.794,86
GEAP	711.201,52	1.105.657,42
Sul América	129.284,36	1.092.097,72
Cassi – Caixa Assis. Banco Brasil	2.491.553,47	1.037.080,63
Samp	979.276,97	1.781.984,81
Bradesco Seguros	609.973,46	671.953,86
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	205.316,28	385.009,77
ASPMES	417.655,24	365.492,02
Consórcio Pólo Sul	196.840,00	144.890,00
CEF – PAMS	273.248,63	366.949,18
Banescaixa	394.345,04	284.904,37
Clinica Mais	116.821,00	100.123,00
HECI – Itapemirim	131.518,78	198.148,81
Petrobrás	462.273,55	218.520,00
Consórcio Intermunicipal	541.259,95	514.100,00
Medsanitas Brasil	633.799,02	-
CST	233.477,09	-
Convênios a faturar	2.639.583,33	2.823.013,37
Outros convênios	1.234.356,00	1.427.837,43
TOTAL	34.849.721,80	31.966.428,31

c) Demais serviços hospitalares

Receitas decorrentes da prestação de serviços a particulares e demais procedimentos de serviços, incluindo a Filial no Município de Itapemirim – ES, como segue:

Descrição	2016 – R\$	2015 – R\$
Pacientes particulares	1.645.706,83	1.177.543,76
Serviços de Ressonância Magnética	266.340,35	341.300,09
Serviços de Tomografia	361.550,95	329.150,10

Serviços de Ultrassonografia	217.772,13	260.278,15
Exames laboratoriais	169.290,89	161.402,51
Radiologia	139.744,32	139.349,46
Outros serviços	10.714,02	2.318,02
TOTAL	2.811.119,49	2.411.342,09

d) Subvenções governamental

Subvenção diversas recebidas, como segue:

Origem	no.	Aplicação	Valor-R\$
Cac. Itapemirim - ES	017-2016	CTA - Centro de Testagem e Aconselhamento	100.000,00
Itapemirim - ES	01-2016	Custeio de serviços hospitalares	12.066.790,55
Marataízes - ES	001/2016	Custeio de serviços hospitalares	1.500.000,00
Marataízes - ES	02/2016	Custeio de serviços hospitalares	2.000.000,00
P. Kenedy - ES	001-2016	Custeio de serviços hospitalares	600.000,00
Rio Novo do Sul	017-2015	Custeio de serviços hospitalares	2.746.773,69
CMB/FEHOFES	Adesão-2011	Sistema de vídeo e conferencia	23.854,43
Federal	822067-2015	Material permanente	150.000,00
Federal	823721-2015	Material permanente	100.000,00
Federal	823727-2015	Material permanente	200.000,00
Federal	824523-2015	Material permanente	153.900,00
	Diversos	Depreciação de equipamento adquirido – NBC TG 07 (R1)	
TOTAL			19.641.318,67

e) Contribuições e doações

Contribuições e doações feitas por particulares, pessoas físicas e jurídicas, para aplicação nos objetivos fins da sociedade, como segue:

Descrição	2016 - R\$	2015 - R\$
Recursos fornecidos pelas Igrejas Evangélicas Mantenedoras	7.500,00	6.000,00
Recursos pelo REICLHECI (Programa Seletivo de Coleta)	14.832,00	11.753,17
Captação Recursos (Escelsa)	453.577,44	515.792,26
Contribuição de pessoas jurídicas	970.929,04	236.921,53
Contribuições de pessoas físicas	110.000,57	82.832,88
TOTAL	1.556.839,05	853.299,84

12. ISENÇÃO PREVIDENCIÁRIA E TRIBUTÁRIA

a) Imunidade/Isenção tributária e previdenciária

A sociedade está imune e isenta do pagamento de impostos e contribuições em decorrência de sua atividade notoriamente filantrópica, reconhecida através dos Certificados relacionados na nota explicativa “2”, por atender aos requisitos contidos na Lei n.º. 12.101/09, com adaptações das Leis n.ºs. 12.453/11, 12.868/13 e 13.043/14 e do Decreto 8.242/14, que regula a Lei. n.º. 12.101/09, e da alínea “c”, inciso 6º, art. 150. CF/88.

b) Benefício fiscal usufruído

Em 2016 foram reconhecidos contabilmente o valor dos benefícios previdenciário e fiscal usufruídos sobre as operações hospitalares, acarretando a inserção do benefício usufruído na demonstração do superávit apurado, como segue:

ISENÇÕES:	2016 – R\$	2015 – R\$
1 - Previdenciária:		
Sobre a folha de pagamento, autônomos e fornecimento de mão-de-obra	14.589.021,00	12.956.945,99
2 - Impostos contribuições federais:		
a) Cofins – sobre as receitas faturadas (base lucro real)	3.536.648,00	3.465.168,04
b) IRPJ – sobre o déficit (base lucro real**)	-	-
c) CSLL – sobre o déficit (base lucro real**)	-	-
3 - Municipal:		
ISS sobre os serviços hospitalares prestados	5.248.012,00	4.586.087,29
TOTAL DA ISENÇÃO	23.373.681,00	21.008.201,32

** O resultado tributável apresenta base de cálculo negativa

O total do valor das isenções encontra-se aplicado integralmente na manutenção das operações sociais do Hospital. Os valores encontram-se registrados nas respectivas contas de despesas relativas aos impostos e contribuições.

13. Resultado decorrente da prestação da gestão hospitalar

Gestão relativa aos seguintes hospitais:

a) Hospital Heci Itapemirim

Gestão hospitalar da entidade sem fins lucrativos, com sede no Município de Itapemirim – ES, conforme instrumento de contrato assinado em 15 de dezembro de 2009 e aditivos, cujos resultados decorrentes das operações desenvolvidas foram as seguintes:

Discriminação		2016 – R\$	2015 – R\$
1 -	Receitas:	6.847.466,14	8.388.364,14
	▪ Subvenções municipais	4.100.000,00	4.360.000,00
	▪ Serviços Sus	2.262.792,81	3.433.503,36
	▪ Convênios e particulares	484.673,33	594.860,78
2 -	Custos/despesas:	(15.991.291,02)	(11.656.559,61)
	▪ Salários e encargos	7.611.294,14	5.592.489,28
	▪ Medicamentos e despesas	7.994.888,12	5.725.489,35
3 -	Parcelamentos		
	▪ Impostos parcelados pagos	385.108,76	(338.145,98)
4 -	Déficit líquido	(9.143.824,88)	(3.268.195,47)

b) Hospital Menino Jesus

Gestão hospitalar da entidade sem fins lucrativos, com sede no Município de Itapemirim – ES conforme instrumento de contrato, cujos resultados das operações desenvolvidas foram as seguintes:

Discriminação		2016 – R\$	2015 – R\$
1 -	Receitas:	12.066.790,55	11.433.400,00
	▪ Subvenções municipais	12.066.790,55	11.433.400,00
2 -	Custos/despesas:	(15.155.231,93)	(13.286.345,10)
	▪ Salários e encargos	8.271.569,16	6.258.859,99
	▪ Medicamentos e despesas	4.539.718,71	5.322.416,81
	▪ Provisão para RCTA	2.343.944,06	1.705.068,30
3 -	Déficit líquido	(3.088.441,38)	(1.852.945,10)

14. SEGUROS

A política do hospital é a de manter cobertura de seguros em montante considerado satisfatório, face aos riscos envolvidos do exercício.

Em 2016 e 2015, para proteger as operações desenvolvidas, foi contratado seguros para cobrir os seguintes riscos, além do seguro de quatro veículos:

Tipo de Riscos

Importância Segurada

2016

2015

R\$

R\$

■ Incêndio, raio, explosão de qq natureza	20.000.000,00	18.000.000,00
■ Danos Elétricos	3.000.000,00	3.000.000,00
■ Roubo de bens	100.000,00	100.000,00
■ Equipamentos eletrônicos (sem roubo/danos elétricos)	400.000,00	400.000,00
■ Veículos – danos materiais, corporais e morais	250.000,00	250.000,00
■ Responsabilidade civil	500.000,00	500.000,00

Reconhecemos a exatidão das demonstrações contábeis acima e suas notas explicativas,

Cachoeiro de Itapemirim - ES, 31 de dezembro de 2016.

ELIZEU CRISÓSTOMO DE VARGAS
Presidente

HÉRITON VIEIRA CAMPANHA
Contador CRC-ES 014045 / 0-4